

## Senado promove campanha sobre importância do voto



Ann Voipe/Senado Federal

Objetivo de iniciativa – autorizada pelo TSE a pedido do presidente do Senado, José Sarney – é levar mais eleitores às urnas no dia 3 de outubro

O Senado vai promover campanha publicitária sobre a importância do voto, especialmente para a composição do Poder Legislativo. A Secretaria Especial de Comunicação Social lançará, no próximo dia 24, a campanha que tem o objetivo de aproximar o cidadão do trabalho feito no Congresso Nacional, em especial

no Senado. A iniciativa, que busca reforçar a ideia de que é no Senado e na Câmara onde se fazem as leis que regem a vida do Brasil e dos brasileiros, recebeu a autorização do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Hoje, tem início a campanha eleitoral no rádio e na TV com a exibição do horário eleitoral, tema do Especial Cidadania. **2 e 4**

Campanha pelo voto vai se somar ao horário eleitoral gratuito no rádio e na televisão, que se inicia hoje em todo o país, com transmissão também pela TV Senado

*especial*  
**Cidadania**

### ACM Jr. pede rejeição de novo repasse ao BNDES

Para o senador, derrubada da Medida Provisória 487/10 é uma questão de responsabilidade fiscal. Matéria pode ser votada esta semana pela Câmara e entrar na pauta do próximo esforço concentrado do Senado, que começa no dia 31. **3**

### Política de educação para o consumo sustentável

Está pronto para ser votado pela Comissão de Meio Ambiente projeto que institui uma política de educação para o consumo sustentável – o uso dos recursos naturais de forma a garantir qualidade de vida para a atual e as futuras gerações. **3**

### Vinicius de Moraes é promovido a embaixador

O poeta e compositor foi promovido postumamente a ministro de primeira classe da carreira de diplomata em solenidade realizada ontem no Itamaraty. Vinicius fora aposentado compulsoriamente por força do AI-5, do regime militar. **2**

Participe da elaboração do novo  
**Código de Processo Civil**

Basta mandar suas sugestões pelo e-mail [novocpc@senado.gov.br](mailto:novocpc@senado.gov.br)

Para consultar o anteprojeto, acesse [www.senado.gov.br/senado/novocpc](http://www.senado.gov.br/senado/novocpc)

O presidente da Casa, José Sarney, solicitou autorização para iniciativa que reforça ideia de que Senado e Câmara fazem as leis que regem a vida dos brasileiros



Iniciativa do Senado visa ampliar comparecimento dos eleitores às urnas

## Senado vai fazer campanha sobre importância do voto

COM O OBJETIVO de levar mais eleitores às urnas no dia 3 de outubro e ampliar o número de votos válidos, o Senado promoverá campanha publicitária sobre a importância do voto, especialmente para a composição do Poder Legislativo. A campanha foi autorizada na última quinta-feira pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado lança, no dia 24 deste mês, a campanha que tem o objetivo de aproximar o cidadão do trabalho feito no Congresso Nacional, em especial, no Senado Federal. Inédita no Brasil, a campanha foi idealizada e produzida pela própria Secretaria de Comunicação, sem a contratação de agências de publicidade.

– O mandato de senador tem peculiaridades que não facilitam a interatividade diária com o eleitor. Assim como presidente e governador, o cargo é majoritário, porém sem a agenda de ações e obras típicas do Poder Executivo. Além disso, o mandato de senador é o único com oito anos de duração, reforçando muitas vezes a sensação de distanciamento do eleito com os eleitores – disse Elga Lopes, coordenadora do projeto.

O mote da campanha é reforçar no eleitor a ideia de que é no Senado e na Câmara dos Deputados que são feitas as leis que regem a vida do Brasil e dos brasileiros.

O pedido para veicular a campanha foi encaminhado ao TSE pelo presidente do Senado, José

Sarney. Ele apontou a necessidade de envolver o cidadão no processo eleitoral e legislativo, considerando “o elevado índice de abstenção e de votos inválidos para o cargo de senador na última eleição, de 2006”.

Conforme o presidente do TSE, ministro Ricardo Lewandowski, a publicidade proposta pelo Senado não apresenta intenção eleitoral e promoverá a conscientização sobre a relevância de votar nas eleições.

“A campanha irá reforçar aquelas em veiculação na tarefa de educar e orientar o cidadão para o voto consciente”, avaliou o ministro.

A campanha irá se somar ao horário eleitoral de propaganda política, que tem início hoje no rádio e na TV (veja pág. 4).

## Promoção póstuma torna Vinicius de Moraes embaixador

Vinicius de Moraes – que, além de poeta e um dos maiores compositores da música popular brasileira, era diplomata – foi promovido ontem a embaixador. A cerimônia para a promoção póstuma ao cargo de ministro de primeira classe aconteceu no Palácio do Itamaraty, em Brasília.

A promoção *post mortem* de Vinicius de Moraes estava prevista em projeto da Câmara dos Deputados (PLC 5/10) aprovado pelo Plenário do Senado no último dia 2 de junho. Relatado pelo senador Marco Maciel (DEM-PE), o projeto foi transformado na Lei 12.265, de 21 de junho de 2010, sancionada pelo presidente Luiz Inácio

Lula da Silva.

A votação da proposta atendeu a um apelo feito ao presidente do Senado, José Sarney, pelo senador Marco Maciel, também relator da proposição na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Segundo Maciel, Vinicius de Moraes, conhecido popularmente como “poetinha”, marcou a música popular brasileira, elevando o seu prestígio para além das fronteiras nacionais e tornando-se um verdadeiro embaixador da cultura brasileira.

No mesmo sentido, José Agripino (DEM-RN) destacou, na discussão da matéria em Plenário, que o compositor ajudou a divulgar o nome do Brasil. Já o



Ricardo Alferri/Revista Gente e la actualidad

Vinicius teve aposentadoria compulsória decretada em 1968

senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) disse que o poeta enalteceu o Rio de Janeiro e seu povo.

Vinicius teve sua carreira diplomática prejudicada pela aposentadoria compulsória decretada em 1968 pelo regime militar, com base no Ato Institucional 5. A promoção *post mortem* busca reparar essa injustiça.

## Cadastro único na busca de crianças desaparecidas

As ações de busca por crianças e adolescentes desaparecidos poderão ser reforçadas pela implantação de um cadastro centralizado e integrado, com informações sobre os desaparecimentos fornecidas por órgãos públicos e instituições da sociedade. A medida está prevista em projeto que poderá ser votado, em caráter terminativo, na próxima reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

O projeto (PLS 478/09), proposto pelo senador Renan Calheiros (PMDB-AL), modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e inclui a necessidade de um regulamento específico para a implantação do cadastro.

Determina também que a notificação sobre o desaparecimento seja registrada obrigatoriamente e de forma imediata no cadastro nacional. Renan argumenta que a falta desse cadastro tem gerado divergências quanto ao número de crianças desaparecidas. Enquanto as estatísticas oficiais registram 1.257 desaparecimentos entre 2000 e 2009, as entidades que lidam com o problema estimam em cerca de 40 mil o número de casos por ano, informa o senador.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Renan: falta de cadastro gera dúvidas quanto ao número de desaparecidos



J. Freitas/Senado Federal

Kátia Abreu avalia que obrigação não fere direito dos exibidores

## Campanha antidrogas pode chegar aos cinemas

A exibição de um filme publicitário com esclarecimentos sobre as consequências do uso de drogas ilegais e do abuso de drogas lícitas poderá ser obrigatória nos cinemas de todo o país.

É o que estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 49/07) que se encontra na pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A relatora, Kátia Abreu (DEM-TO), é favorável à aprovação.

Apresentado pelo deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), o projeto estabelece que a inserção da peça publicitária de caráter educativo ocorrerá no início de cada sessão de exibição de filmes nos cinemas.

Os custos de produção, distribuição e exibição do material publicitário serão cobertos pelo Fundo Nacional Antidrogas (Funad), que destina recursos aos programas de educação preventiva sobre o uso de drogas. Na avaliação de Kátia Abreu, a estratégia de intervir na programação das salas de cinema não atenta contra a livre iniciativa dos exibidores.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário Sessão não deliberativa

14h A sessão plenária de hoje não terá votações, será destinada a pronunciamentos de senadores.

**SESSÃO ONLINE:** a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço [www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp](http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp)

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney  
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo  
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko  
1º Secretário: Heráclito Fortes  
2º Secretário: João Vicente Claudino  
3º Secretário: Mão Santa  
4º Secretário: Patrícia Saboya  
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra  
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

### SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide  
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) - E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

## Projeto cria política de educação para o consumo sustentável

Na perspectiva da rotina doméstica, a preservação do meio ambiente pode ir muito além da separação do lixo para reciclagem e da compra de alimentos livres de agrotóxicos. Essa prática consciente poderá ser incentivada pela escola caso seja aprovado projeto de lei da Câmara (PLC 270/09) que institui uma política de educação para o consumo sustentável. A matéria está pronta para ser analisada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A adoção de práticas de consumo e de técnicas de produção ecologicamente sustentáveis é a meta dessa política. O projeto conceitua como consumo sustentável o uso dos recursos naturais de forma a garantir qualidade de vida para a geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Estímulos à redução do consumo de água e energia elétrica nos ambientes residencial e profissional; à reciclagem de resíduos sólidos, alguns considerados perigosos ou de difícil decomposição, como pilhas, pneus e lâmpadas; e à exploração dos recursos naturais com base em técnicas de manejo ecologicamente sustentáveis são alguns dos objetivos do projeto. Campanhas educativas nos meios de comunicação e



Casagrande recomenda inclusão da iniciativa na legislação em vigor

capacitação dos professores dos ensinos fundamental e médio seriam os caminhos para reforçar a conscientização.

“Promover a educação para o consumo sustentável é estimular o cidadão a atuar como agente da conservação, cujas escolhas possam induzir o setor econômico a tornar o processo produtivo compatível com os limites ecológicos”, defende a deputada Rebecca Garcia na justificativa de seu projeto.

O relator na CMA, senador Renato Casagrande (PSB-ES), reconhece o mérito do projeto, mas, em vez da criação de uma lei específica sobre consumo sustentável, recomenda a inclusão desse conceito na legislação ambiental já em vigor: a Lei 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e a Lei 9.795/99, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

Senador defende rejeição, pelo Congresso, da MP 487/10, que deve ser votada esta semana na Câmara e pode entrar no próximo esforço concentrado do Senado, a partir do dia 31

## ACM Júnior condena repasse de mais R\$ 44 bi ao BNDES

COM O ARGUMENTO de que se trata de uma questão de responsabilidade fiscal, o senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) defendeu a rejeição, pelo Congresso Nacional, da Medida Provisória (MP) 487/10, que aumenta o limite de repasses do governo federal ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) em R\$ 44 bilhões, para novos empréstimos pela instituição. Como a validade vai até 5 de setembro, a MP deverá ser votada no esforço concentrado da Câmara dos Deputados desta semana e, se aprovada, poderá entrar na pauta de votações do Senado no dia 31 de agosto.

Em entrevista à Agência Senado, ele explicou que há 30 anos o governo vem se endividando a juros muito superiores aos cobrados pelo BNDES, o que estaria levando a um aumento perigoso da dívida líquida do Tesouro. Na sua opinião, essa situação tem se agravado.

– É uma irresponsabilidade, uma situação esdrúxula e que não pode continuar. Nos últimos dois anos, o governo financiou o BNDES, primeiro com R\$ 80 bilhões e, no ano passado, com mais R\$ 100 bilhões. É até explícito, porque havia a crise in-

ternacional e era preciso estimular a economia. Mas, liberar mais R\$ 40 bilhões agora, só se explica pela necessidade de emprestar dinheiro aos grupos que financiam a campanha de Dilma Rousseff à Presidência – disse.

Para Antonio Carlos Júnior, o BNDES deveria buscar dinheiro no mercado e não valer-se apenas de recursos do Tesouro.

### Crescimento

O senador comentou a pesquisa *Focus*, do Banco Central, divulgada ontem, que reduz a previsão de crescimento da economia brasileira em 2010 de 7,12% para 7,09%. Segundo ele, era previsível a redução, pela necessidade de aumentar a taxa Selic para conter a inflação. E essa taxa elevada, a seu ver, é circunstancial, representando a ocupação de espaços perdidos com a crise dos últimos dois anos.

– No ano que vem, já crescere-



Antonio Carlos Júnior diz que derrubada da medida provisória é uma questão de responsabilidade fiscal

mos apenas em torno de 4,5%, que é o limite brasileiro diante da falta de infraestrutura, das taxas elevadas de juros e da carga tributária exagerada sobre o setor produtivo – disse.

São essas limitações que fazem o senador considerar exageradamente otimistas as previsões do banco Goldman Sachs, que projeta o Brasil como a quinta maior economia do mundo em 2030.

– Só atingiríamos esse grau de crescimento com um rigoroso controle fiscal, que nos levasse a uma meta confiável de déficit nominal zero até 2020.

## Brasil pode triplicar safra recorde de grãos, diz Neuto De Conto

Se o país solucionar problemas de escoamento da produção, investir na recuperação de áreas degradadas e ampliar a produção nacional de insumos agrícolas, poderá triplicar o volume recorde de grãos esperado para 2010 – 146,4 milhões de toneladas, conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A afirmação é do senador licenciado Neuto De Conto (PMDB-SC), ex-presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em entrevista à Agência Senado.

– O grande problema é a infraestrutura, o escoamento, por exemplo. Hoje, compramos em Santa Catarina por R\$ 18 uma saca de milho que é produzida por R\$ 6 em Mato Grosso. O preço triplica por causa do transporte em caminhões, que rodam sobre estradas precárias – disse Neuto De Conto, para quem é urgente a construção de ferrovias para escoamento da safra.

Ainda segundo ele, o país pode dar grande salto na produção agrícola apenas com a recuperação de áreas degradadas.

– No Norte, Nordeste e Centro-Oeste, temos mais de 60 milhões de hectares de terras degradadas, que podem ser recuperadas para agricultura, sem desmatamento ou poluição de qualquer tipo, apenas com tecnologia e infraestrutura, triplicando nossa produção.



Neuto De Conto presidiu a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

O senador também defende que o Brasil se torne autossuficiente em fertilizantes e adubos, principalmente aqueles à base de potássio. Para ele, essa é uma questão estratégica, pois o Brasil possui reservas de matéria-prima e poderia fabricar os fertilizantes, ficando independente do produto importado.

Quanto à reforma agrária, Neuto De Conto diz que é preciso fazer um cadastro nacional de trabalhadores sem-terra.

– É possível, sim, distribuir terras, assentar, oferecer tecnologia, tudo isso. Acontece que os movimentos de sem-terra e a questão da reforma agrária viraram mote de campanha, de manipulação política e ideológica, e a coisa não é tratada com a seriedade e a profundidade que merecia. Hoje, há um número enorme de desempregados urbanos como massa de manobra de movimentos políticos – disse.



Conjunto Recanto do Salvador (MT): projeto beneficia pequenas cidades

## Incentivo à habitação em municípios carentes

Os municípios brasileiros mais pobres podem receber incentivo para construir casas populares: o Senado estuda dispensá-los de pagar à União a contrapartida financeira exigida nos programas habitacionais de interesse social. Projeto que autoriza esse benefício deve ser votado na próxima reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O texto em análise prevê que, para se candidatar à isenção, a cidade precisa atender a três requisitos: ter menos de 25 mil habitantes; estar abaixo da média nacional nos indicadores de desenvolvimento econômico ou social; e estar localizada nas regiões Norte, Nordeste ou Centro-Oeste. Também poderão ser beneficiados municípios equiparados a essas regiões para efeitos

da concessão de incentivos de desenvolvimento regional e aqueles localizados no sul e no nordeste do Rio Grande do Sul.

O projeto (PLS 331/06), de autoria da então senadora Roseana Sarney, já foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Na CDR, ele tramita em caráter terminativa, na forma do substitutivo apresentado pela relatora, a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). Se for aprovado, será ainda apreciado em turno suplementar antes de seguir para análise da Câmara.

Ao justificar a necessidade do projeto, Roseana explicou que os municípios mais carentes têm menor capacidade de arrecadação e, conseqüentemente, menos recursos para investimentos. Por isso, a autora recomendou ampliar o gasto

compensatório do governo. Para ela, exigir dessas cidades uma contrapartida de despesas na mesma proporção que a cobrada dos demais municípios “significa reduzir as possibilidades de que essas coletividades menores recebam os tão necessários investimentos federais nas áreas habitacional e de saneamento”.

Nesse sentido, a relatora acrescentou que o combate à pobreza “não admite que se tratem igualmente os desiguais” e, por isso, os municípios mais carentes não podem ser obrigados a contribuir com recursos orçamentários de que não dispõem.

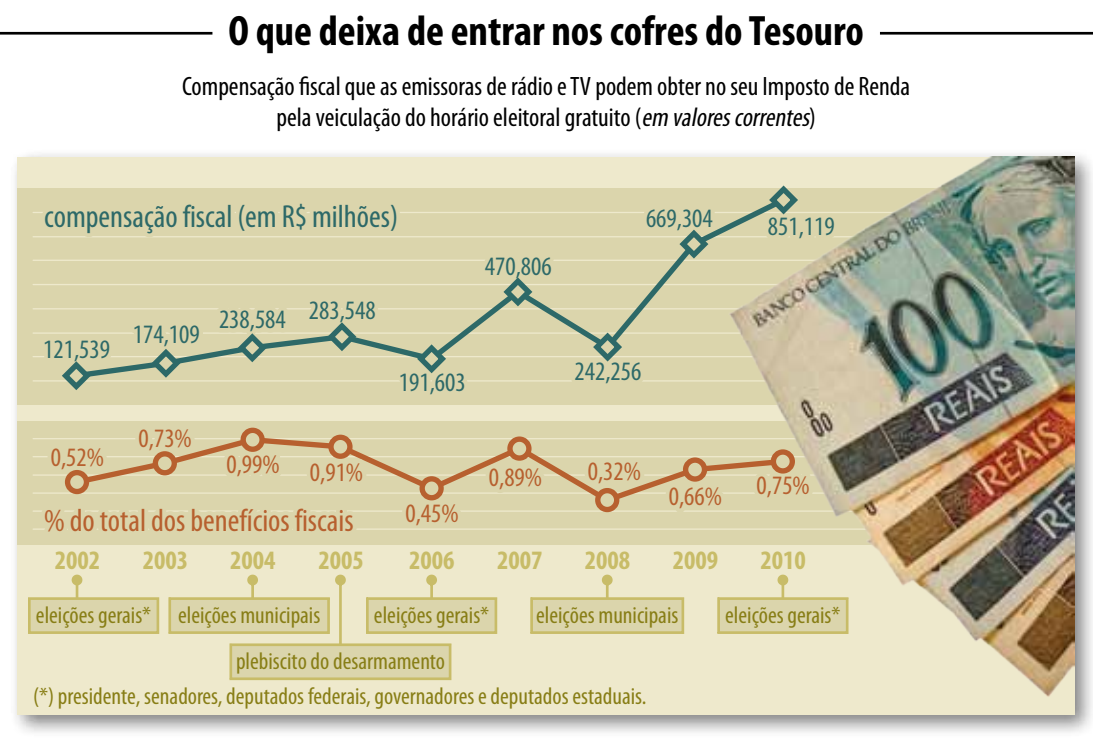
A proposta deve constar da agenda da comissão no próximo período de esforço concentrado de votações, marcado para os dias 31 de agosto, 1º e 2 de setembro.

# Emissoras são compensadas por horário eleitoral

Para o contribuinte, o horário eleitoral não é gratuito, já que as emissoras de rádio e TV têm compensação fiscal no Imposto de Renda pela cessão desse tempo. De acordo com a Receita Federal, só em 2010 serão concedidos R\$ 851 milhões em benefícios fiscais a essas empresas

COMEÇA HOJE O chamado horário eleitoral gratuito nas emissoras de rádio e TV. Até 30 de setembro, portanto durante 45 dias, os candidatos a presidente, governador, senador, deputado federal ou estadual terão acesso gratuito a esses meios de comunicação. No entanto, o que poucos sabem é que as emissoras recebem compensação fiscal por ceder espaço para a veiculação das propagandas eleitoral, partidária e para plebiscitos e referendos, como dispõe o artigo 99 da Lei Eleitoral (Lei 9.504/97). E os valores são significativos (veja quadro).

Só para este ano estão orçados R\$ 851,11 milhões, ou 0,75% de todos os benefícios fiscais concedidos com recursos federais. Segundo dados da Receita Federal, essas compensações dispararam nos últimos oito anos. De 2002 até o previsto para 2010, o aumento foi nada menos do que 600,32% em valores correntes. Ou seja, não considerando a inflação do período. Com a economia estabilizada, especialistas na área eleitoral



são unânimes em avaliar que o benefício que as emissoras recebem no seu Imposto de Renda compensa, em muito, a veiculação da propaganda eleitoral e partidária.

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão

(Abert) não reconhece essa progressão. Conforme o assessor jurídico da entidade, Rodolfo Moura, a Abert diverge dos dados da Receita e afirma que não há razão para uma evolução tão acentuada. "Se formos avaliar do ponto de vista estritamente

econômico, o ressarcimento é melhor do que nada, mas não compensa a perda de receita das emissoras", ressaltou Moura ao **Jornal do Senado**.

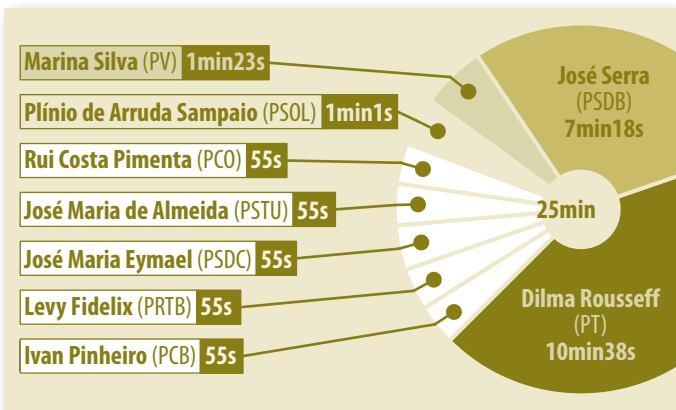
Na estrutura de custos das empresas, o segundo item que mais pesa, depois da folha de

pessoal, é a despesa com energia elétrica. "O ressarcimento fiscal vem compensar esse gasto", explicou Moura. No entanto, o Decreto 5.331, de janeiro de 2005, que regulamentou essa compensação, deixa claro que ela é calculada com base no preço do espaço comercializável, que é a tabela praticada pela emissora na véspera do início da propaganda eleitoral. Porém, esses valores deverão "guardar proporcionalidade" aos preços praticados 30 dias antes e 30 dias depois de começar a propaganda eleitoral.

Além disso, esse cálculo da Receita, segundo Moura, não contempla mais de 80% das emissoras do país, que são as enquadradas no regime Simples Nacional, com faturamento anual de até R\$ 2,4 milhões. Em decorrência de um veto na Lei da Minirreforma Eleitoral (Lei 12.034/09), elas acabaram excluídas do benefício. A Abert está discutindo com o governo como fazer essa compensação. Moura afirmou que elas só poderão receber o benefício ainda este ano se for por meio de medida provisória.

## Propaganda eleitoral

Veja como ficou a divisão do tempo da propaganda dos candidatos a presidente para cada um dos dois blocos de 25 minutos que serão veiculados no rádio e na TV



## Veja como vai ser a divisão do tempo entre os candidatos

Os primeiros a se apresentar na tela da TV e no áudio do rádio serão os candidatos a presidente da República. Um dia depois será a vez dos concorrentes aos governos estaduais. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) definiu a divisão do tempo entre os candidatos na última quinta-feira. De acordo com a Instrução 131, os candidatos à Presidência terão direito a dois blocos de 25 minutos, veiculados em cadeia às terças, quintas e sábados, às 7h e às 12h nas rádios e às 13h e às 20h30 na televisão (veja no quadro a divisão entre os candidatos).

Além dessa modalidade por bloco, eles terão direito a mais seis minutos diários de inserções de no máximo 60 segundos cada uma, distribuídas ao longo da programação das emissoras, entre 8h e 24h, inclusive aos domingos. A candidata da co-

ligação "Para o Brasil seguir mudando", Dilma Rousseff, também terá o maior tempo diário na modalidade inserção, com 2min33s, seguida por José Serra, da coligação "O Brasil pode mais", com 1min45s.

Os demais candidatos terão menos de um minuto diário. Segundo o TSE, a ordem para apresentação dos candidatos só foi definida, por sorteio, para o primeiro dia. Depois será adotado o sistema de rodízio.

A propaganda de candidatos a governador, com duração total de 18 minutos diários, será veiculada às segundas, quartas e sextas-feiras. Depois, nesses mesmos dias, virão os programas dos candidatos ao Senado, com 15 minutos, e para deputados estaduais e distritais, com 17 minutos. A veiculação dos candidatos à Câmara será nos mesmos dias dos presidenciais.

## TSE poderá ocupar espaço de partido punido

No lugar da imagem parada no vídeo com a logomarca do TSE, quando o partido ou a coligação são punidos por veicular propaganda que degrada ou ridiculariza outro candidato – perdendo o direito ao horário eleitoral no dia seguinte –, proposta do senador Demostenes Torres (DEM-GO) destina o espaço à divulgação institucional de caráter educativo aos eleitores brasileiros.

O texto proposto por Demostenes ao PLS 19/01, do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), está pronto para ser incluído na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Pelo projeto, o TSE vai elaborar a propaganda educativa, com orientações para os eleitores. Ela será seguida da informação de que a programação normal foi suspensa por desobediência à Lei Eleitoral.

### Nota

Os protestos de humoristas alegando que as normas eleitorais deste ano enrijeceram os seus programas levaram o TSE a divulgar nota à imprensa no último dia 12. O tribunal esclareceu que não há novas vedações. A proibição de que candidatos sejam ridicularizados e degradados em programas de rádio e TV, a partir de 1º de julho dos anos eleitorais, está prevista na Lei 9.504/97, cujo artigo 45 já pautou a realização de seis eleições.

## Brasil deveria seguir "direito de antena", diz especialista

Instrumento fundamental para democratizar o acesso de partidos e candidatos a mídias caras como a televisão, o horário eleitoral está garantido pela Constituição (parágrafo 3º do artigo 17). "É o único exercício de liberdade de expressão difusa previsto na legislação", avalia o professor de Ciência Política e Comunicação da Universidade de Brasília Venício Lima. E o que mais se aproxima de um direito fundamental nas democracias: o "direito de antena", praticado na Alemanha, França, Espanha, Portugal e Holanda.

Assegurado na Constituição portuguesa de 1976, esse direito não só prevê espaço nas emissoras de rádio e TV aos candidatos, como estende o acesso a organizações sindicais, profissionais, sociais e representativas. Esse exemplo deveria ser seguido no Brasil, defende Lima. Afinal, diz, as emissoras de rádio e TV são concessões.

O jurista Fábio Konder Comparato, no prefácio do livro de Lima *Liberdade de expressão vs. liberdade de imprensa*, propõe que entidades privadas ou oficiais reconhecidas como de utilidade pública possam exercer o "direito de antena", passando "suas mensagens, de modo livre

e gratuito, no rádio e na televisão, reservando-se, para tanto, um tempo mínimo nos respectivos veículos".

A maioria da população ainda recebe informação sobre os candidatos por meio do rádio e da TV, mas as eleições de 2006 mostraram, segundo Lima, "que parcela significativa não tem a TV como principal fonte de informação. Usa a internet".

Na introdução ao livro *A mídia nas eleições de 2006*, Lima destaca que os sites e blogs aumentaram sua importância no debate eleitoral. E que a influência da grande mídia vem sendo questionada, mesmo entre as classes de menor renda. Como exemplo, cita reportagem da revista *Carta Capital*: no Jardim Ângela, uma das regiões mais pobres da capital paulista, a ONG Pápel Jornal promoveu debates entre jovens de 20 a 23 anos, entre o primeiro e o segundo turnos das últimas eleições presidenciais, a partir do filme *Cidadão Kane*. Segundo um dos líderes, o objetivo era discutir a concentração da informação, estabelecendo um paralelo entre o protagonista do conhecido filme de Orson Welles e Roberto Marinho, fundador das Organizações Globo, já falecido.

Saiba mais



**Tribunal Superior Eleitoral**  
www.tse.gov.br

CONFIRA A ÍNTEGRA DO ESPECIAL CIDADANIA EM WWW.SENADO.GOV.BR/JORNAL